



DONO DO CAMPO PRECISA SER CEO

O desafio da profissionalização no agronegócios.
Por Rodrigo Baraldi, **página 2**



DEPÓSITOS JUDICIAIS ESQUECIDOS

Dinheiro pode se transformar em fonte de liquidez.
Por Rafael Petracioli, **página 2**



IBS E CBS: NOVA TESE DO SÉCULO

Discussão sobre inclusão na base de cálculo do ICMS e do ISS. Por Janssen Murayama e Mariana Ferreira, **página 4**

EUA emitem licença de 30 dias para petróleo russo

O Departamento do Tesouro dos EUA emitiu uma licença geral temporária de 30 dias para permitir que as nações mais vulneráveis tenham acesso ao petróleo russo atualmente retido no mar.

“Esta prorrogação proporcionará maior flexibilidade e trabalharemos com essas nações para fornecer licenças específicas conforme necessário”, disse o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, nas redes sociais nesta segunda-feira.

“Esta licença geral ajudará a estabilizar o mercado físico de petróleo bruto e garantirá que o petróleo chegue aos países mais vulneráveis em termos energéticos.” A licença anterior expirou em 16 de maio.

Em sua rede social, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse nesta segunda-feira que instruiu o Pentágono a não lançar ataques militares contra o Irã nesta terça-feira. “NÃO faremos o ataque programado contra o Irã amanhã [terça-feira]”, escreveu Trump no Truth Social.

A postagem foi feita no final da tarde (horário de Washington), o que não evitou que os preços do petróleo subissem ao longo do dia. O contrato West Texas Intermediate (WTI) para entrega em junho teve alta de 3,07%, fechando a US\$ 108,66 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York (Nymex). O petróleo Brent para entrega em julho valorizou-se 2,6%, fechando a US\$ 112,10 o barril na Bolsa de Futuros ICE de Londres (LICF).

Na nota, Trump afirma: “Fui solicitado pelo emir do Catar, Tamim bin Hamad Al Thani, pelo príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman Al Saud, e pelo presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed bin Zayed Al Nahyan, a adiar o nosso planejado ataque militar contra a República Islâmica do Irã, que estava agendado para amanhã. Isso porque negociações sérias estão em andamento e, na opinião deles, como grandes líderes e aliados, um acordo será firmado, o qual será muito aceitável para os Estados Unidos da América, bem como para todos os países do Oriente Médio e de outras regiões. Este acordo incluirá, e é importante ressaltar, a proibição de armas nucleares para o Irã!”

O presidente dos EUA ressalta, ao final da nota, que instruiu seus auxiliares a estarem preparados para prosseguir com um “ataque em grande escala contra o Irã”.

Petrobras investirá R\$ 37 bilhões em São Paulo até 2030

Refinaria de Paulínia representa 1% do PIB do Brasil

A Petrobras anunciou investimento de R\$ 37 bilhões em São Paulo até 2030, gerando cerca de 38 mil postos de trabalho diretos e indiretos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do anúncio, feito na Refinaria de Paulínia (Replan). O valor será investido em projetos inovadores em refino, biorrefino, E&P, descarbonização e geração de energia sustentável.

Parte do montante (R\$ 6 bilhões) será aplicada na Replan, a maior refinaria da Petrobras, responsável pelo abastecimento de mais de 30% do território brasileiro. Por seu faturamento anual, a refinaria representa, aproximadamente, 1% do PIB do Brasil.

“As refinarias de São Paulo são

responsáveis por 50% da produção de derivados da Petrobras, e quatro cidades paulistas estão entre as dez maiores recebedoras de tributos da Petrobras, justamente aquelas que abrigam nossas refinarias. Tudo isso gera emprego e renda direta e indiretamente”, afirmou a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

Em seu discurso, Lula criticou as privatizações da BR Distribuidora, em 2019, e da Liqueigás, em 2020. Para ele, essas vendas foram uma tentativa de acabar com a Petrobras. “A BR foi privatizada porque os sonhos que eles tinham de privatizar a Petrobras seriam altamente recusados pelo povo, então eles resolveram vender os pedacinhos”, falou o presidente.

Com previsão de conclusão em 2027, o projeto de ampliação da capacidade de processamento da Replan vai possibilitar o incremento da produção dos atuais 434 mil barris/dia para 459 mil barris/dia, um aumento de 5%.

Além do aumento da capacidade de processamento previsto para o próximo ano, a Petrobras já concluiu, na Replan, a construção de uma Unidade de Hidrotreamento de Diesel, que iniciou sua operação em 2025 e recebeu um investimento de R\$ 2,1 bilhões. A planta aumentou em 10% a produção nacional de Diesel S-10, contribuindo de forma significativa para reduzir a dependência do mercado internacional desse produto. **Página 6**



Lula inaugura linhas do Sirius e destaca: ‘Investir em ciência não é gasto’

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, nesta segunda-feira, em Campinas (SP), da inauguração de quatro novas linhas de luz síncrona do acelerador de partículas Sirius, que ampliarão a capacidade de pesquisa do país em diversas áreas estratégicas.

Lula destacou o investimento em tecnologia: “O Brasil precisa sair do atraso a que foi submetido durante todo o século 20”, assegurou. Ele ressaltou que investir em ciência não é um gasto. “Nós vamos provar que o Brasil deixou de conquistar muita coisa porque a gente não fez investimento. E a decisão de fazer

investimento aqui é porque é necessário”, frisou o presidente.

As novas linhas no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) ampliarão a capacidade brasileira de pesquisa em áreas estratégicas como saúde, energia, agricultura, clima, nanotecnologia e novos materiais.

O Sirius atende pesquisadores do Brasil e do exterior. Entre 85% e 90% dos componentes do acelerador de partículas foram produzidos ou desenvolvidos no Brasil, fortalecendo cadeias industriais de alta precisão e a engenharia nacional; o equipamento é uma das mais avançadas fontes

de luz síncrona do mundo.

Lula participou, ainda, do lançamento da pedra fundamental do Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde, desenvolvido com o objetivo de fortalecer a soberania tecnológica nacional na área da saúde.

“Os investimentos previstos aqui ultrapassam R\$ 600 milhões [para os próximos cinco anos] e demonstram que o nosso governo voltou a acreditar na ciência, nas universidades, nos institutos de pesquisa, na capacidade criativa do povo brasileiro”, explicou o ministro da Saúde em exercício, Adriano Massuda.

Elon Musk perde processo que abriu contra OpenAI

Um júri em Oakland, Califórnia (EUA), decidiu, nesta segunda-feira, contra Elon Musk em seu processo contra a empresa de inteligência artificial (IA) OpenAI, concluindo que suas alegações estavam prescritas, de acordo com reportagens da mídia estadunidense.

O júri consultivo chegou a um veredicto unânime, e a juíza distrital dos EUA, Yvonne Gonzalez Rogers, aceitou o veredicto, segundo as reportagens.

Registros públicos do Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia mostram que o caso foi aberto em 2024. Musk acusou a OpenAI e seus executivos, incluindo Sam Altman, de se desviarem da missão fundadora da empresa e de priorizarem interesses comerciais em detrimento do bem público.

A OpenAI e outros réus negaram as alegações, argumentando que Musk estava ciente há muito tempo das mudanças na estrutura da empresa e que apresentou suas queixas tarde demais.

A OpenAI foi fundada em 2015, tendo Musk entre seus cofundadores. A proposta inicial era de uma organização sem fins lucrativos. Na ocasião, o hoje empresário mais rico do mundo manifestava preocupação com os rumos da IA. Musk deixou a organização em 2018. Em 2019, a OpenAI deixou de ser sem fins lucrativos. A empresa cresceu rapidamente nos últimos anos após o lançamento de produtos de IA como o ChatGPT.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0107
Dólar Turismo	R\$ 5,1997
Euro	R\$ 5,8440
Iuan	R\$ 0,7414
Ouro (gr)	R\$ 733,89

ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

O dono do campo também precisa pensar como CEO

Por Rodrigo Baraldi

Durante décadas, o agronegócio brasileiro se estruturou a partir de um modelo que foi extremamente eficiente dentro do seu contexto: empresas familiares, gestão altamente centralizada e decisões baseadas em experiência acumulada ao longo de gerações. Esse modelo foi determinante para o crescimento do setor, mas hoje começa a mostrar um desalinhamento importante com a complexidade do próprio negócio rural.

O agronegócio deixou de ser apenas produção em escala e passou a ser um negócio de alta intensidade de capital, com exposição relevante a riscos climáticos e financeiros e crescente sofisticação tecnológica. Nesse novo ambiente, a qualidade da gestão passou a ter o

mesmo peso estratégico que a capacidade produtiva.

Ainda assim, em muitas propriedades, persiste uma sobreposição entre propriedade, gestão e operação. Essa não é uma discussão sobre tradição ou origem familiar. É uma discussão sobre estrutura de decisão e governança.

Um dos pontos mais sensíveis desse modelo aparece na sucessão. Em grande parte dos casos, ela ainda é tratada como um processo natural da família, quando, na prática, deveria ser uma das decisões mais estratégicas do negócio. Sucessão, aqui, não é continuidade biológica, é continuidade de empresa.

Quando essa transição não é estruturada, o impacto raramente é imediato, mas tende a aparecer ao longo do tempo, em decisões menos coordenadas, dificuldade de profission-

alização e perda gradual de eficiência organizacional.

No Brasil, esse cenário ganha dimensão relevante quando se observa a estrutura do setor. Segundo o IBGE, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar. Mais do que um dado estatístico, isso ajuda a explicar por que a transição para modelos mais profissionais ainda ocorre de forma desigual.

O ponto central, no entanto, não está na origem familiar dos negócios, mas na maturidade de gestão que eles adotam. E é aqui que o agronegócio vive sua principal assimetria: excelência produtiva convivendo com estruturas de gestão ainda pouco formalizadas.

Enquanto outros setores econômicos já consolidaram a separação entre propriedade e gestão, com conselhos estruturados, in-

dicadores claros e processos decisórios institucionalizados, o agronegócio ainda opera, em muitos casos, em um modelo intermediário, que é eficiente na operação, mas ainda concentrado na decisão.

O desafio da profissionalização no agronegócio para enfrentar novos desafios

Esse modelo funciona muito bem até o momento em que deixa de funcionar. Os pontos de ruptura geralmente aparecem em momentos de maior complexidade: expansão, entrada de capital, reorganização societária ou sucessão. Nessas situações, a ausência de governança deixa de ser uma característica cultural e passa a ser uma limitação estratégica.

Há, sem dúvida, um movimento consistente de profissionalização em curso. Médias e grandes pro-

priedades já incorporam práticas mais estruturadas de governança, planejamento financeiro e gestão de risco. Mas ainda se trata de um processo concentrado e não homogêneo dentro do setor.

O que se observa, na prática, é uma mudança de natureza do próprio agronegócio. O setor deixou de ser apenas operacional e passou a exigir decisões cada vez mais próximas da lógica corporativa, inclusive em temas como capital, estrutura societária e governança.

Nesse contexto, o papel do produtor rural também se transforma. Ele deixa de ser apenas o centro operacional da atividade e passa a ocupar, ainda que nem sempre formalmente, a posição de principal decisor de uma empresa complexa.

E isso exige uma mudança de mentalidade que não é trivial: pensar o campo como negócio estrutura-

do, e não apenas como operação produtiva.

Em outras palavras, o futuro do agronegócio não será definido apenas por produtividade, tecnologia ou expansão de área. Ele será definido pela capacidade de organizar melhor a gestão, estruturar sucessões de forma clara e separar, com mais maturidade, família e empresa.

O produtor que não fizer essa transição continuará sendo eficiente na produção, mas possivelmente limitado na gestão do negócio que já administra em escala empresarial. E esse talvez seja o verdadeiro ponto de inflexão do agronegócio brasileiro: deixar de ser apenas uma potência produtiva para se consolidar, de fato, como uma potência de governança e gestão.

Rodrigo Baraldi

é advogado, conselheiro estratégico de ME&A e mentor de empresários.

Depósitos judiciais: a liquidez esquecida das empresas

Por Rafael Petracioli

Quando se fala em insolvência, a imagem que vem à cabeça é a de empresas sem rumo, tentando juntar os cacos de um patrimônio que já não existe. Imóveis, veículos, contas bancárias: muitas vezes não há nada disso disponível para pagar credores ou sequer manter o processo funcionando. É nesse cenário árido que surge um ativo invisível, mas decisivo: os depósitos judiciais.

Esses valores, parados em contas vinculadas a processos, são frequentemente a única fonte de liquidez em casos de falência. Não são imóveis que podem ser vendidos, nem máquinas que podem ser leiloadas. São cifras esque-

cidas em disputas antigas que, de repente, se tornam a salvação para custear despesas e devolver algum dinheiro aos credores. Em meio ao caos, o que sustenta o processo não é o patrimônio físico, mas o dinheiro “adormecido” no sistema judicial.

O problema é que esse dinheiro não é fácil de ser encontrado. Os depósitos judiciais parecem ter sido desenhados para se perder no labirinto burocrático: bancos de dados incompletos, informações imprecisas, sistemas que não se comunicam. Muitas vezes, a única forma de localizá-los exige um trabalho quase artesanal, cruzar documentos, vasculhar processos encerrados, reconstruir a história financeira da empresa. É um esforço que demanda

experiência e persistência, porque a tecnologia, por si só, ainda não dá conta.

Dinheiro em processos pode se transformar em fonte de recursos

E aqui entra um ponto importante: contratar profissionais especializados em recuperação de ativos não é apenas uma questão de sobrevivência financeira, mas uma decisão estratégica. A empresa que organiza seus depósitos judiciais ganha em duas frentes. Primeiro, descobre um fluxo inesperado de caixa, independente da sua atividade principal. Segundo, passa a ter controle sobre informações antes dispersas, fortalecendo sua gestão

contábil e financeira. Em tempos de crise, isso não é detalhe, é vantagem competitiva.

As empresas de médio e grande porte são um caso à parte. Pela própria natureza, acumulam uma longa trajetória de litígios — trabalhistas, tributários, comerciais. Cada processo, ativo ou encerrado, pode esconder um depósito judicial. O resultado é um volume expressivo de valores esquecidos, que não aparecem nos balanços nem entram no planejamento estratégico. Quando recuperados, não apenas geram caixa imediato, mas também permitem ajustar provisões e liberar recursos antes “presos” em reservas contábeis. É como encontrar dinheiro guardado em uma gaveta que ninguém lembrava existir.

Esse cenário revela uma contradição: enquanto avançamos em inovação, automação e inteligência artificial, ainda dependemos de métodos manuais para acessar recursos que poderiam mudar o destino de empresas em crise. Não é que a tecnologia não seja útil, ela esbarra em um problema estrutural: a qualidade dos dados. Sem informação confiável, qualquer sistema, por mais sofisticado que seja, perde efetividade.

Por isso, recuperar depósitos judiciais vai além de uma tarefa técnica. É um exercício de memória institucional, de reconstrução da história financeira das empresas. É também um lembrete de que, apesar do discurso de modernização, ainda convivemos com práticas que exigem olhar

humano, atenção ao detalhe e persistência.

Os depósitos judiciais são um tesouro escondido. Não aparecem nos relatórios, não são lembrados pelos gestores, mas podem ser decisivos para atravessar crises e reorganizar negócios. Ignorá-los é desperdiçar oportunidades. Enxergá-los é transformar o invisível em estratégia.

E, talvez, essa seja a principal lição: em um mundo obcecado por inovação, ainda é essencial valorizar o trabalho paciente de quem sabe encontrar riqueza onde ninguém mais olha. Muitas vezes, o dinheiro que salva uma empresa não está no futuro, mas no passado esquecido de seus processos.

Rafael Petracioli

é mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

As perdas internacionais: fluxo Sul-Norte

Semana passada, vimos que os Programas de Ajuste Estrutural (PAE) neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial levaram a aumento das saídas financeiras dos países do Sul Global e a trocas desiguais. Além disso, permitiram que os Estados e as corporações do Norte se apropriassem da riqueza do Sul por meio do que os estudiosos descrevem como ‘troca desigual’ no comércio internacional” – lembramos da expressão cunhada por Leonel Brizola: “perdas internacionais”.

“Isso resulta em grandes fluxos líquidos do Sul para o Norte — uma ‘transferência oculta de valor’ da periferia para o centro”, demonstram – no estudo “Ajuste estrutural: danos, reparações e caminhos para a não recorrência” – os pesquisadores Jason Hickel, Salmaan Keshavjee, Maxine Burkett, Eugene T. Richardson, com carreiras na Espanha e EUA, publicaram no BMJ Global Health.

“Diversos estudos empíricos recentes quantificaram a escala das transferências líquidas Sul-Norte em termos de recursos físicos e trabalho incorporados nos bens comercializados, utilizando modelos de insumo-produto multirregionais. No último ano com dados disponíveis, esses fluxos líquidos incluíram 12 bilhões de toneladas de equivalentes de matéria-prima, 822 milhões de hectares de terra, 22 exajoules de energia e 826 bilhões de horas de trabalho”, detalham.

“De acordo com esses estudos, a grande escala desses fluxos líquidos não pode ser explicada por diferenças de produtividade e contribui substancialmente para o crescimento do consumo nos países centrais. Quase 50% de todos os materiais e da mão de obra incorporada consumidos no Norte global são apropriados do Sul por meio de trocas desiguais.”

Assim, o Norte desfruta dos benefícios da extração de recursos, enquanto o Sul sofre com os custos ecológicos e é privado de recursos que poderiam ser usados para o desenvolvimento humano e a melhoria dos resultados sociais.

A quantidade de energia e materiais apropriada a cada ano seria suficiente para construir a infraestrutura necessária para garantir o acesso universal a padrões de vida decentes (PVD) em todo o Sul Global, incluindo saúde, educação, moradia moderna, eletricidade, saneamento etc. “A quantidade de terra apropriada a cada ano seria suficiente para garantir uma dieta nutritiva para até 6 bilhões de pessoas, pondo fim à fome e à desnutrição”, sustentam os autores do estudo.

Rápidas

O IAB realizará, nesta terça-feira, 10h, o evento “Positivismo e Antipositivismo na Filosofia do Direito”, com transmissão ao vivo pelo canal TV IAB no YouTube. Participarão como palestrantes os professores André Fontes (UFRJ) e Jorge Câmara (Uerj) *** O médico especializado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) José Carlos Pitanguera, CEO do Instituto Priorit, realizará nesta quarta-feira, 19h, live sobre o atual momento do mercado do autismo. Inscrições: shre.ink/7fIP *** O fotolivre *Ocupação Mutante* (Editora Telaranga Edições), da fotógrafa Índigo Braga, será lançado no sábado (23), 17h, na Livraria Belle Époque, no Méier, e no dia seguinte, às 16h, na Vida Dura Galeria, no Centro *** O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) recebe, em 26 de maio, mais uma etapa da Caravana Nacional da Cooperação Judiciária, iniciativa da *Revista Justiça & Cidadania*.

Conflito no Oriente Médio faz IBC-Br cair 0,7% em março

Fazenda revisa meta de inflação mas mantém PIB

Atividade econômica brasileira caiu em março, primeiro mês da guerra no Irã, segundo dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira. O IBC-Br, índice que acompanha a economia mês a mês, apontou recuo de 0,7% em relação a fevereiro. A queda foi registrada em todos os setores avaliados: arrecadação de impostos, agropecuária, indústria e serviços. Este último apresentou a maior redução, de 0,8%.

O professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), William Baghdassarian, explica que a economia funciona com base em expectativas. Com o cenário de incerteza provocado pela guerra, as empresas tendem a investir menos, o que leva a um menor movimento econômico.

“O mundo inteiro acaba sendo afetado por isso. Essa forma de ser afetada tem efeitos em cadeia. Então, se você acredita que o combustível vai subir, você também acredita que a China vai ser afetada com isso. Se a China é afetada, a produção da China cai, ela importa menos. Logo se ela importa menos, o Brasil exporta menos. Então, você tem todo um efeito em cadeia, não por causa da guerra em si, mas pela expectativa. O medo de algo ruim acontecer é tão ruim quanto o algo ruim acontecer de fato”.

Segundo a Segunda a Agência Brasil, William Baghdassarian acredita na resolução da guerra, mas alerta que as eleições podem ser outro fator de incerteza na economia. “Podemos ter, por exemplo, a resolução da guerra, mas com o aumento da incerteza política, o

efeito prático será zero. Em política pública, para você conseguir isolar um efeito é muito difícil”. Apesar dos números negativos em março, nos últimos 12 meses, o IBC-Br avançou 1,8%, segundo o Banco Central.

Inflação revisada

O Ministério da Fazenda elevou de 3,7% para 4,5% a projeção de inflação para este ano, levando a estimativa oficial ao limite máximo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A revisão consta no Boletim Macroeconômico, divulgado nesta segunda-feira (18) pela Secretaria de Política Econômica (SPE), e reflete os impactos da guerra no Oriente Médio sobre os preços internacionais do petróleo. A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 2,3% neste ano e em 2,6% para 2027.

O documento traz previsões para a economia que orientam a elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Previsto para ser enviado ao Congresso na sexta-feira (22), o relatório orienta a execução do Orçamento federal, com indicações de bloqueios (cortes para cumprir os limites de gastos) e contingenciamentos (congelamento de recursos para cumprir a meta de superávit primário). Segundo a equipe econômica, a principal pressão veio da disparada do petróleo no mercado internacional, que ultrapassou os US\$ 110 por barril em meio às tensões no Golfo Pérsico.

“A perspectiva de maior inflação no ano reflete, principalmente, desdobramentos do conflito no Oriente

Médio sobre os preços do petróleo e seus derivados”, informa a Secretaria de Política Econômica no relatório.

Valorização do real

O governo afirmou, porém, que parte desse impacto deverá ser amenizada pela valorização do real e por medidas adotadas para reduzir o repasse dos combustíveis ao consumidor. “Parte do impacto do choque nos preços do petróleo será contrabalanceada pelos efeitos do real mais apreciado, e por medidas mitigatórias adotadas pelo Governo Federal”, destacou o documento.

Com a revisão, a projeção oficial ficou exatamente no teto do sistema de metas contínuas de inflação, que estabelece centro de 3% e intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Para 2027, a estimativa de inflação também foi elevada, passando de 3% para 3,5%.

PIB mantido

Apesar da deterioração do cenário inflacionário, o Ministério da Fazenda manteve em 2,3% a projeção de crescimento econômico para este ano. Para 2027, a expectativa também foi preservada em 2,6%, patamar que a equipe econômica projeta para os anos seguintes.

A avaliação da equipe econômica é de que o ritmo da atividade deverá desacelerar nos próximos trimestres em razão dos efeitos da política monetária restritiva, mas com retomada gradual no fim do ano.

“No primeiro trimestre, a projeção agregada também foi preservada, embora com

alterações de composição: a indústria passou a contribuir menos, os serviços ganharam participação e a agropecuária manteve sua contribuição”, informa a SPE.

O governo prevê desaceleração mais forte nos segundo e terceiro trimestres, seguida de recuperação parcial da indústria no fim do ano.

Mercado diverge

As estimativas do governo seguem mais otimistas do que as do mercado financeiro. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas projetam inflação de 4,92% neste ano e crescimento econômico de 1,85%.

A Secretaria de Política Econômica afirmou que acompanha os riscos internacionais, mas destacou a resiliência do mercado de trabalho brasileiro como fator de sustentação da atividade.

A alta do petróleo também deverá reforçar as receitas do governo federal. De acordo com cálculos da Secretaria de Política Econômica, o choque nos preços da commodity pode elevar a arrecadação em cerca de R\$ 8,5 bilhões por mês. O cálculo considera receitas provenientes de royalties, dividendos, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Exportação ligados ao setor petrolífero. “O ganho arrecadatório viabiliza uma resposta fiscal firme e responsável, aliada da política monetária e do compromisso com a consolidação em curso”, destaca a SPE.

Cuba alerta que ataque militar dos EUA causaria ‘banho de sangue’

Qualquer ataque militar dos EUA contra Cuba causaria “um banho de sangue com consequências incalculáveis” e um impacto devastador na paz e na estabilidade da América Latina e do Caribe, alertou nesta segunda-feira o presidente cubano Miguel Díaz-Canel.

“As ameaças de agressão

militar contra Cuba pelo país mais poderoso do mundo são bem conhecidas. Tais ameaças já constituem um crime internacional”, escreveu Díaz-Canel na Xinhua.

Ele afirmou que Cuba “não representa uma ameaça, nem tem planos ou intenções agressivas contra qualquer país”, acrescentando que isso é bem conhecido pelo governo dos EUA, especialmente

por suas agências de defesa e segurança nacional.

Díaz-Canel disse que Cuba já sofre uma “agressão multidimensional” por parte dos Estados Unidos e tem o “direito absoluto e legítimo” de se defender de qualquer ação militar. Suas declarações surgiram depois que o veículo de comunicação americano Axios noticiou, no domingo, que

Cuba havia adquirido mais de 300 drones militares e avaliado possíveis cenários para seu uso contra alvos dos EUA.

Segundo a agência Xinhua, a reportagem surge em meio a tensões crescentes entre Cuba e os Estados Unidos, marcadas por novas sanções econômicas e acusações relacionadas à segurança.

SEU DIREITO

IBS e CBS: nova tese do século

Por Janssen Murayama e Mariana Ferreira

A Reforma Tributária do Consumo introduziu no sistema tributário brasileiro um modelo dual de imposto sobre o valor agregado, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviço (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), conforme instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023. Por sua vez, a disciplina infraconstitucional ficou a cargo da Lei Complementar 214/2025, responsável por detalhar as normas gerais dos novos tributos.

Ao analisar as hipóteses de incidência do IBS e da CBS, verifica-se que o aspecto quantitativo corresponde ao elemento responsável por determinar o montante devido pelo contribuinte. Composto pela base de cálculo e pela alíquota, sua conjugação permite dimensionar, em termos econômicos, a materialidade do tributo.

No caso do IBS e da CBS, o art. 12 da Lei Complementar 214/2025 estabelece que a base de cálculo corresponde, como regra geral, ao valor da operação. Entretanto, o §1º amplia esse conceito ao determinar que a base de cálculo compreende o valor integral cobrado pelo fornecedor a qualquer título, incluindo acréscimos decorrentes de ajustes de preço, encargos financeiros, descontos condicionais, valores relativos ao transporte quando cobrados como parte da operação e outras importâncias vinculadas ao negócio jurídico, como seguros e taxas.

Por sua vez, o §2º estabelece hipóteses de exclusão da base de cálculo, entre as quais se destacam o próprio IBS e a CBS, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e os descontos incondicionais. A exclusão do próprio tributo de sua base de cálculo revela uma das características estruturais do novo modelo: a adoção do cálculo “por fora”, que privilegia a transparência da carga tributária incidente sobre as operações.

Essa técnica se distancia do método historicamente adotado por tributos como o ICMS, tradicionalmente calculado “por dentro”. Essa diferença metodológica ganha especial relevância durante o período de transição da Reforma Tributária, no qual coexistirão os tributos atuais e os novos tributos sobre consumo.

É justamente nesse contexto que emerge uma discussão que tende a ganhar crescente protagonismo no contencioso tributário: a inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS e do ISS. Durante a tramitação da Reforma Tributária, chegou a existir previsão normativa destinada a afastar expressamente essa possibilidade, mas tal dispositivo acabou não sendo incorporado ao texto final da Constituição.

A ausência dessa vedação tem provocado intenso debate. De um lado, sustenta-se que a inclusão dos novos tributos na base de cálculo do ICMS e do ISS seria juridicamente possível durante o período de transição. De outro, argumenta-se que essa interpretação contraria os próprios fundamentos da Reforma, especialmente os princípios da neutralidade, da transparência e da simplicidade tributária que orientam o novo modelo de tributação do consumo.

A controvérsia apresenta paralelo direto com o raciocínio desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 69, que resultou na chamada “Tese do Século”: a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. Naquela oportunidade, a Suprema Corte reconheceu que o ICMS não integra o conceito constitucional de faturamento ou receita das empresas, pois corresponde a valor que apenas transita pela contabilidade do contribuinte antes de ser destinado aos cofres públicos.

O fundamento central adotado pelo STF foi o de que a base de cálculo do PIS/Cofins deve refletir apenas a riqueza própria do contribuinte, o que não se verifica em relação ao ICMS destacado nas operações. Nesse sentido, assentou-se que a inclusão de valores que não representam receita própria implica distorção da materialidade tributária e violação aos parâmetros constitucionais que delimitam a incidência dessas contribuições.

A lógica subjacente à decisão é idêntica ao contexto da Reforma Tributária: se o IBS e a CBS foram estruturados como tributos calculados “por fora” do preço da operação, a sua eventual inclusão na base de cálculo do ICMS e do ISS suscita questionamentos semelhantes (quicá idênticos) aos enfrentados no Tema 69.

Sob essa perspectiva, admitir que o IBS e a CBS componham a base de cálculo do ICMS e do ISS produziria um efeito econômico paradoxal: tributos concebidos para aumentar a transparência do sistema passariam a ampliar indiretamente a carga tributária de tributos estruturados sob lógica distinta. A consequência seria a distorção da neutralidade econômica tão pretendida pela Reforma.

Não parece exagero afirmar que essa controvérsia reúne os elementos necessários para se tornar uma das discussões tributárias mais relevantes da próxima década. Assim como debates históricos sobre a composição de bases de cálculo marcaram o contencioso tributário brasileiro, a definição sobre a inclusão do IBS e da CBS na base do ICMS e do ISS poderá representar um novo capítulo dessas disputas estruturais.

Se essa interpretação vier a se consolidar na jurisprudência, não há dúvidas de que estaremos diante da “Nova Tese do Século”, com significativo impacto econômico e profundas repercussões sobre a arquitetura do novo sistema tributário brasileiro e, ainda, relevante potencial de geração de insegurança jurídica — valor especialmente sensível no atual cenário da tributação do país.

Janssen Murayama é sócio-fundador e Mariana Ferreira é coordenadora tributária de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogado.

Copa vai levar 99,2 milhões de consumidores às compras

O levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com a Offerwise Pesquisas, mostra que 60% dos consumidores pretendem fazer compras de produtos ou serviços para a Copa de 2026. A pesquisa estima que cerca de 99,2 milhões de consumidores pretendem ir às compras para participar desse evento.

O estudo reforça que o brasileiro mantém o hábito de transformar os jogos em experiências coletivas, uma vez que 97% irão assistir aos jogos de maneira coletiva, principalmente com familiares (77%) e amigos (60%). Apenas 3% dos entrevistados pretendem assistir às partidas sozinhos. Oito em cada dez entrevistados (86%) pretendem assistir em casa, 46% na rua — nesse grupo, os locais mais pretendidos são casa de amigos ou familiares (40%), bares e/ou restaurantes (32%) e telões nas ruas (11%).

Os itens mais procurados

para consumo serão bebidas não alcoólicas (68%), petiscos (62%), carnes para churrasco (60%) e cervejas (59%).

O uniforme do torcedor é prioridade para 61% dos consumidores, que planejam comprar camisetas oficiais ou temáticas, além de adereços como bandeiras e cornetas (42%).

Para o varejo, a Copa do Mundo funciona como um “segundo Natal” fora de época. A movimentação é intensa tanto no ambiente físico quanto no digital. O varejo físico continua sendo o destino soberano para itens de consumo imediato, com 89% de preferência, especialmente em supermercados (70%) e lojas de bairro (33%).

Já 67% farão as compras pela internet, sendo que 51% farão suas compras em aplicativos de entrega e 42% em lojas online.

O setor de serviços também colhe frutos, com destaque para o delivery de comida e bebida (61%) e o movimento em bares e restaurantes (39%). Os princi-

pais critérios dos torcedores para escolha de bar ou restaurante para assistir aos jogos estão o preço das comidas (37%), lugar bem frequentado (34%), a qualidade das bebidas e da comida (34%) e o preço das bebidas (33%).

O gasto médio por consumidor está estimado em R\$ 619, valor que sobe para R\$ 784 entre as classes A e B.

Ainda segundo o estudo, 74% dos torcedores afirmam dar preferência às marcas que apoiam a Seleção. Cerca de 53% dos torcedores afirmam dar preferência às marcas que apoiam a Seleção, desde que os preços sejam acessíveis, enquanto 21% declaram fidelidade aos patrocinadores independentemente do preço.

No que diz respeito à procedência dos produtos, o mercado oficial ganha terreno pela percepção de valor: 47% pretendem adquirir produtos licenciados, motivados pela qualidade e durabilidade superior (57%) em relação aos itens falsificados.

Apenas 6% assumem a compra de falsificados. O

principal entrave para o produto original é o alto custo (35%). Além disso, 17% acreditam que a qualidade é equivalente. Adicionalmente, 19% revelam indiferença em relação à procedência ou originalidade do produto no ato da compra.

Para garantir a festa sem enfrentar filas, 44% dos consumidores planejam antecipar suas compras em mais de uma semana. Na hora de pagar, a modernidade dita o ritmo: o Pix consolidou-se como a principal forma de pagamento (57%), refletindo a digitalização financeira do país, em um cenário onde 90% dos torcedores pretendem realizar suas compras à vista.

O engajamento com apostas financeiras será uma marca forte da Copa de 2026, com 41% dos consumidores pretendendo realizar apostas em plataformas de bets. Esse comportamento é mais prevalente entre o público masculino e as classes A/B. Além das plataformas digitais, os tradicionais “bolões” entre amigos mantêm sua relevância social, atraindo 14% dos entrevistados.

Taxa de turismo pode prejudicar economia de Angra dos Reis

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realizou, na última quinta-feira, uma audiência pública sobre a taxa de turismo que será implementada pela Prefeitura de Angra dos Reis. Durante a reunião, na praça central da Vila do Abraão, representantes do setor turístico afirmaram que a cobrança pode prejudicar a economia local e afastar visitantes.

A partir de 1º de junho, os visitantes passarão a pagar uma taxa fixa de R\$ 50 por pessoa, com validade de 30 dias, tanto para acesso ao continente quanto às ilhas de Angra dos Reis. Tam-

bém foi debatido um estudo técnico elaborado pela prefeitura, utilizado como base para a audiência. De acordo com representantes do setor, o documento recomendava uma taxa de apenas R\$ 2,70, com recursos destinados exclusivamente a um fundo de preservação ambiental da Ilha Grande — e não ao caixa geral do município, como prevê a legislação aprovada.

Presidente do colegiado, o deputado Jorge Felipe Neto (PL) declara que essa é uma cobrança sem retorno para a população e prejudica toda a cadeia local: barqueiros, flexboats, restaurantes, comerciantes, trabalhadores e moradores. “Defender o meio ambien-

te também é defender quem vive do turismo e sustenta a economia da região. Seguiremos cobrando diálogo, transparência e respeito com a população de Ilha Grande”, afirma.

Membro efetivo da Comissão, o deputado Marcelo Dino (também do PL) ressaltou os impactos que a medida pode causar na vida dos moradores. “Essa taxa cria transtornos, prejudica o turismo e afeta quem gera emprego. Nós vamos lutar contra essa cobrança, seja na Justiça ou no Tribunal de Contas”, reforçou o parlamentar.

O representante da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (Amhig), Frederico Britto, classificou a cobrança co-

mo injusta e prejudicial à economia local. Segundo Britto, o impacto financeiro poderá afastar turistas e dificultar o acesso de famílias ao destino turístico. “Um casal com um filho gastará quase R\$ 750 apenas com barco e taxa, sem contar o traslado até Angra dos Reis. Isso é incentivo ao turismo?”, questionou.

Britto ainda destacou que a cobrança representa um risco direto para a economia da ilha, que depende fortemente da atividade turística. “Ordenamento se faz com gestão, não com taxação. A associação é contra essa medida e vai continuar lutando por um turismo realmente sustentável na Ilha Grande”, afirmou.

Bandeira vermelha volta ao radar do setor elétrico para junho

Após a confirmação da bandeira tarifária amarela para maio pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as atenções do setor elétrico agora se voltam para junho, mês que deve manter o cenário de pressão tarifária no país. A expectativa é de continuidade da bandeira amarela, com possibilidade de acionamento da vermelha patamar 1, diante da piora das condições hidrológicas e do avanço do período seco.

Segundo Matheus Machado, especialista em inteligência de mercado do Grupo Bolt, o cenário para junho segue desafiador e exige atenção tanto de consumidores quanto de

empresas. “Estamos entrando em um período sazonalmente mais seco, com tendência de queda nos níveis dos reservatórios, especialmente na região Sul, que já opera próxima do nível mínimo. Isso aumenta significativamente a probabilidade de manutenção da bandeira amarela ou até de acionamento da vermelha patamar 1 já em junho”, afirma.

A pressão tarifária ocorre em um contexto de reajustes expressivos nas tarifas de energia elétrica em diversas distribuidoras do país. Levantamentos com base em dados da Aneel mostram que cerca de 35 milhões de unidades consumidoras devem ser impactadas

por aumentos tarifários até junho, o equivalente a quase 40% do total nacional. Em alguns casos, os reajustes superam a inflação e se aproximam de 20%.

Para Machado, no entanto, a discussão sobre junho vai além da questão climática ou da sazonalidade das bandeiras tarifárias. “O risco tarifário hoje não depende apenas da chuva. Existe uma pressão estrutural no modelo do setor elétrico brasileiro, relacionada a encargos, subsídios e à própria formação dos preços de energia. Isso faz com que a volatilidade das tarifas seja cada vez maior”, explica.

A tendência, segundo o especialista, é de continui-

dade da pressão ao longo dos próximos meses, especialmente durante o inverno e o avanço do período seco, com possibilidade de agravamento do cenário tarifário até setembro.

Diante da perspectiva de novas pressões tarifárias em junho, consumidores e empresas têm buscado alternativas que tragam maior previsibilidade de custos. Dados da Abraceel mostram que, entre 2010 e 2024, as tarifas do mercado regulado acumularam alta de 177%, crescimento 45% acima da inflação medida pelo IPCA. No mercado livre, o avanço foi de 44% no mesmo período.

Anbima reporta crescimento do seu índice IMA-B 5+ em abril

Acompanha os títulos públicos de longo prazo corrigidos pela inflação

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divulgou nesta segunda-feira que os títulos públicos indexados ao IPCA (NTN-Bs) com vencimento superior a cinco anos, refletidos pelo IMA-B 5+ (índice da Anbima que acompanha o desempenho de títulos públicos atrelados à inflação) registraram a maior rentabilidade de abril entre outros índices

de renda fixa da associação. “A alta mensal foi de 2,2%, acumulando até abril variação de 4,55% no ano”.

De acordo com a associação, que representa bancos, gestoras, corretoras, distribuidoras e administradoras, o resultado foi quase o dobro do consolidado pelo IMA (também indicador da Anbima) que acompanha o desempenho de todos os títulos públicos em mercado e encerrou o mês com ganho de 1,34%. No ano, o

IMA acumula rentabilidade de 4,44%.

“A despeito das incertezas externas e domésticas, o mercado reverteu a postura das últimas semanas e mostrou maior apetite ao risco, estimulado pelos prêmios nos ativos de prazos mais longos”, afirma o economista Marcelo Cidade, assessor econômico da associação.

Já a carteira de NTN-Bs com prazo de até cinco anos (IMA-B 5) teve rentabilidade de 1,32% no mês.

Este indicador lidera a rentabilidade entre os subíndices do IMA com variação acumulada de 5,23% no ano. Enquanto o IMA-S, composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), subiu 1,1% e 4,62% no mês e ano respectivamente.

Entre os prefixados, o IRF-M 1+, que contempla os papéis com vencimento acima de um ano, avançou 1,34% no mês e superou o IRF-M 1, que reúne os títulos com vencimento em até um

ano, que teve alta de 0,99%. Esses dois índices acumulam variações no ano de 3,4% e 4,31%, respectivamente

Nos títulos corporativos, o IDA-IPCA ex-Infraestrutura registrou a maior alta do mês: 1,4%. Ele acompanha debêntures indexadas ao IPCA sem incentivo fiscal e acumula no ano variação de 4,81%. Na sequência, vieram as debêntures remuneradas pelo DI, refletidas no IDA-DI, que apresentaram desempenho po-

sitivo de 1,23% e 3,89% no mês e no ano, nesta ordem.

Em sentido oposto, o IDA-IPCA Infraestrutura, carteira de debêntures incentivadas, teve queda de 0,62% em abril, mas mantém variação positiva no ano (1,33%). O movimento pressionou o resultado do IDA Geral (Índice de Debêntures Anbima), que representa o desempenho médio das debêntures marcadas a mercado, e fechou o mês com alta de 0,38%, avançando 2,71% no ano.

BNDES: R\$ 50 milhões para Eletronet se modernizar

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoia financiamento de R\$ 50 milhões para a Eletronet, empresa do grupo Axia Energia, fornecedora de infraestrutura óptica do Brasil, adquirir equipamentos e cabos de fibra óptica OPGW (Optical Ground Wire), utilizados em linhas de transmissão de energia de alta tensão, fabricados no país. Os recursos são do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), gerido pelo Ministério das

Comunicações para estimular a inovação tecnológica, a geração de empregos e a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

No ano passado, o mesmo ministério aprovou a liberação de R\$ 1,5 bilhão do Funttel para o financiamento de projetos de inovação até 2027. Esse fundo permite o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, ampliando a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

A rede de fibra óptica da Eletronet é instalada apro-

veitando a infraestrutura das torres de transmissão de alta tensão de energia elétrica. O financiamento do BNDES contribuirá para tornar mais eficiente o compartilhamento da infraestrutura de transmissão de energia e a rede de fibra óptica em projetos da Eletronet.

A Eletronet opera um backbone óptico de 18 mil quilômetros de fibra óptica e 85 edge data centers espalhados por 18 estados do Brasil. No atual projeto de expansão, é esperado que a companhia finalize 2026 com 26 mil quilô-

metros de rotas e 255 edge data centers em 23 estados, chegando a cinco novos — Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre e Rondônia. A empresa informou que ao longo do ano, também reforçará suas rotas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e Paraíba.

“Os novos aportes vão possibilitar que a Eletronet siga investindo para acompanhar a evolução do mercado digital, impulsionada pelo avanço da inteligência artificial, da computação em nuvem, da Internet das Coisas e pela expansão dos

data centers”, afirma Claudio Akihama, Chief Financial Officer (CFO) da Eletronet.

Segundo o executivo, esse cenário exige uma base mais robusta, com alta disponibilidade, baixa latência e maior previsibilidade operacional. Ele adiantou que a Eletronet seguirá com o seu plano de ampliar a atuação em conectividade, fortalecendo o ecossistema de trânsito IP e reforçando a empresa como um hub neutro de infraestrutura e inovação, inclusive com integrações com mercados estratégicos da América Latina”.

Frederico de Siqueira Filho, ministro das Comunicações, destacou que o objetivo é garantir que o Funttel atue como fomento para tornar o Brasil um país com maior autonomia na área da pesquisa, da inovação e da tecnologia. “Esse recurso vai apoiar a expansão de uma rede robusta e de data centers estratégicos. Não queremos só conectar estados, mas também promover o desenvolvimento, gerar empregos e colocar a indústria das telecomunicações em um alto patamar de competitividade global”, disse



COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

A COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS, torna público aos interessados que realizará Licitação, conforme segue abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, devidamente regularizada para prestar serviços de Auditoria Independente nas Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS nos exercícios financeiros de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, visando ao exame e à emissão de Relatório e Parecer Técnico das referidas Demonstrações, por um período de até 12 (doze) meses, de acordo com as características e especificações descritas no Edital e seus anexos.

Início acolhimento das propostas: a partir da publicação no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/06/2026 às 10h30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/06/2026 às 11h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário

PROCESSO Nº SEI-100002/00001118/2021.

O instrumento convocatório e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico www.riotrilhos.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br.

COOTRAB

COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS Ltda. em Liquidação
CNPJ nº 08.623.284/0001-84 / NIRE nº 33.4.0004779-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

O Liquidante da COOTRAB - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS LTDA. em Liquidação, convoca os cooperados da COOTRAB para a Assembleia Geral Extraordinária prevista no art. 68, IX da Lei 5.764/71, a ser realizada no dia 01 de junho de 2026, na atual sede da cooperativa, situada na Av. Presidente Vargas, 482 sala 318, no centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ em 1ª convocação às 11:00 h, com presença de 2/3 dos cooperados convocados; em 2ª convocação às 12:00 h, com a presença de 1/2 + um dos cooperados e em 3ª e última convocação às 13:00 h, com a presença mínima 20% dos sócios para seguinte pauta: 1. Relatório do estado da liquidação e prestação de contas PERÍODO 01/03/2025 A 31/05/2026; 2. Renúncia do Liquidante; 3. Eleição de novo Liquidante; 4. Eleição de Conselho Fiscal; 5. Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

Jorge Miranda - Liquidante.

Assine o jornal

**Monitor
Mercantil**

(21) 3849-6444



CONCERTOS de OUTONO MAIO 2026



Norma Cali

Consultoria Produção



Apoio



Refinarias da Petrobras operam com mais de 100% de capacidade

Chambriard: 'a Petrobras não gosta de limites'

No cenário em que o Brasil busca aumentar a produção de combustíveis derivados do petróleo, como forma de depender menos do contexto internacional – no qual a guerra no Irã levou ao aumento de preços – a Petrobras informou, na última terça-feira, que as refinarias da companhia operam acima da capacidade. A afirmação foi feita pela presidente da companhia, Magda Chambriard, durante apresentação do balanço trimestral da empresa.

As demonstrações da companhia apontam que, no primeiro trimestre de 2026, o Fator de Utilização Total (FUT) das refinarias ficou em 95%. Especificamente em março, o FUT atingiu 97,4%, o mais alto desde dezembro de 2014. Em teleconferência da direção da companhia com investidores e analistas de mercado, Magda Chambriard foi além e antecipou que nos meses de abril e maio, o FUT ultrapassou 100%.

“A Petrobras não gosta de limites. Sua meta é superar limites todos os dias”, declarou.

O diretor de Processos Industriais e Produtos, William França, detalhou que a empresa está operan-

do “já com 100%, 102%, 103%”. “De ontem (11) para hoje (12) operamos com 103% nas nossas refinarias”, completou França.

As refinarias são as estruturas industriais nas quais a Petrobras transforma o petróleo em derivados, como óleo diesel, gasolina e querosene de aviação (QAV).

O FUT é um cálculo que leva em conta o volume de carga de petróleo processado e a capacidade de referência das refinarias, dentro dos limites de projeto dos ativos, dos requisitos de segurança, de meio ambiente e de qualidade dos derivados produzidos. Quanto maior o FUT, mais as refinarias estão sendo utilizadas. Quando o indicador chega a 100%, significa que estão no limite de capacidade.

França explica que o fator de utilização pode superar 100% porque a carga de processamento pode ser um pouco maior que a capacidade de referência instalada, desde que haja a aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

França relacionou a expansão do FUT ao ambiente geopolítico internacional, uma vez que a empresa é exportadora de derivados de petróleo.

“Tivemos o efeito da

guerra. Quanto mais refinar o nosso petróleo, mais dinheiro a gente está ganhando. Estamos agregando valor além das exportações do petróleo”.

O diretor lembrou que a Petrobras bateu recorde de produção de petróleo no primeiro trimestre e destacou que está “investindo muito em confiabilidade das refinarias, com inspeções baseadas em risco e outras ferramentas do time de engenharia”. “Então, bombas, por exemplo, que operavam com 70% do tempo, hoje estão operando 90% do tempo antes de uma intervenção”, completou.

Segundo França, a Petrobras está reduzindo o tempo de intervenção nas unidades, o que faz as refinarias terem confiabilidade maior, permitindo operar com cargas maiores por muito mais tempo que antigamente. “Isso nos permite aumentar o nosso fator de utilização, isto é, aumentar a carga da nossa unidade por mais tempo”, sustenta.

O responsável pelos processos industriais da empresa acrescenta que 2026 tem sido um ano de “baixa” nas manutenções programadas. “Fizemos muita manutenção programada no ano passado para deixar as unidades prontas”, descreve.

“A manutenção programada é para isso, para dar uma geral na unidade e deixá-la pronta para uma campanha confiável, uma campanha de disponibilidade próxima de 100%”, conclui.

Recorde em Abreu e Lima – França citou o exemplo da Refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca, região metropolitana do Recife, que passou por manutenção no primeiro trimestre do ano passado. A refinaria tem capacidade de produção de 130 mil barris por dia.

“Pôde fazer uma parada muito boa e agora pode subir a carga para 140 mil, 150 mil barris por dia, porque está confiável”.

Segundo a Agência Brasil, no início do mês, a Petrobras informou que a unidade bateu recorde de produção de óleo diesel S-10 (menos poluente) em abril, com 385 milhões de litros, superando a melhor marca anterior, de 373 milhões registrada há quase dez anos, em julho de 2016.

A Petrobras tem 11 refinarias, incluindo o Complexo de Energias Boaventura, no Rio de Janeiro. A maior delas é a Refinaria de Paulínia, no interior de São Paulo, que responde por cerca de 30% de todo o refino de petróleo no Brasil.

Fitch afirma AAA da Copel e de suas subsidiárias

Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings afirmou, nesta segunda-feira, os Ratings Nacionais de Longo Prazo ‘AAA (bra)’ da Companhia Paranaense de Energia (Copel), de suas subsidiárias Copel Distribuição S.A. (Copel Dis), Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e Copel Serviços S.A. (Copel Serviços) e das emissões de debêntures destas empresas.

Também foi afirmado o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA (bra)’ da primeira emissão de debêntures da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia), garantida pela Copel. A perspectiva dos ratings corporativos é estável. Os investimentos médios anuais da Copel devem ficar em torno de R\$ 4,4 bilhões no período 2026-2028.

A Fitch considera que o perfil financeiro do grupo Copel e o crescimento da geração operacional de caixa esperada para a partir da revisão tarifária periódica (RTP) da Copel Dis de 2026 sustentarão aumento de investimentos. A agência projeta fluxos de caixa livre (FCFs) negativos e maior alavancagem financeira, embora dentro de patamares adequados à classificação. Os ratings consideram o perfil de negócios da Copel, cujos importantes e rentáveis ativos de geração, transmissão e distribuição de energia contribuem para diluir riscos operacionais e regulatórios.

“Os ratings das subsidiárias são equalizados ao da controladora tendo em vista os fortes incentivos que esta teria para lhes prover suporte, se necessário”.

Perfil de negócios

A Copel possui diversificada base de ativos, que dilui riscos operacionais e regulatórios. Os investimentos na rede de distribuição devem impulsionar o EBITDA da Copel Dis a partir da revisão tarifária

de junho de 2026, enquanto a esperada melhora das condições hidrológicas deve mitigar o agravamento do curtailment e beneficiar a geração de caixa do segmento de geração da Copel GeT. Os ativos de transmissão representam cerca de 15% do EBITDA consolidado e contribuem para maior previsibilidade dos resultados. O sucesso da Copel no leilão de reserva de capacidade (LRCAP) de 2026 trará uma receita fixa anual em torno de R\$ 3,0 bilhões em 2030 (podendo ser parcialmente antecipada para 2029).

A Fitch projeta Ebitda ajustado consolidado de R\$6,9 bilhões em 2026 e R\$ 7,3 bilhões em 2027, incluindo dividendos recebidos de ativos não consolidados, de R\$140 milhões em 2026 e em torno de R\$90 milhões anuais a partir de 2027.

Desembolsos relacionados a passivos setoriais, ressarcimentos por déficits de geração eólica, litígios e pagamento da repactuação de encargos acumulados (Uso do Bem Público – UBP) devem enfraquecer o fluxo de caixa das operações (CFO) em 2026.

A Copel GeT deve se beneficiar de melhores preços de energia em 2026 e de melhores condições hidrológicas em 2027. A subsidiária mantém descontratada parcela relevante do portfólio, o que mitiga o impacto do curtailment e potencializa os ganhos com a alta dos preços de energia de curto prazo, embora gere exposição a uma eventual queda de preços no longo prazo. O EBITDA da Copel GeT deve aumentar para R\$3,5 bilhões em 2026 (+20% frente a 2025) e R\$ 3,7 bilhões em 2027, com maiores preços e redução do custo de UBP, mesmo considerando curtailment de 25% sobre a energia eólica, que representa 22% da energia assegurada consolidada. A Copel GeT contratou 76% de seus recursos para 2026-2028.

CAE espera Galípolo nesta terça-feira em audiência

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, será aguardado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado, nesta terça, a partir das 10h. Em pauta, a avaliação da política monetária, a atuação do BC e sua autonomia.

Pelo menos duas vezes por ano o BC precisa apresentar à CAE relatório sobre suas atividades e desempenho na política monetária. Na audiência desta terça-feira, espera-se que Galípolo seja questionado sobre o caso do Banco Master, como ocorreu em abril, na CPI do Crime Organizado.

O presidente da comissão, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que a presença de Galípolo é muito importante, “porque muitas

perguntas continuam a ser feitas sobre o papel do BC na crise do Master”.

A autonomia do BC é outro tema recorrente nos últimos meses, inclusive na CAE. Em abril, Galípolo pediu “socorro” a senadores para aprovar autonomia do BC. Ele afirmou, durante oitiva da CPI do Crime Organizado, que a medida é necessária para alinhar o Brasil a padrões internacionais.

Para o presidente do BC a proposta de autonomia não reduz a fiscalização sobre os gastos públicos. Ele tem argumentado que, ao contrário disso, defende a ampliação dos mecanismos de controle e transparência. “Quanto mais instâncias de controle, melhor”, afirma.

Na sessão de abril na CAE, o presidente do BC também pediu apoio do

Legislativo para avançar com a proposta de autonomia que está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ele destacou que a estrutura atual limita a capacidade de atuação do órgão, sobretudo na supervisão do sistema financeiro.

Para ele, há necessidade de investimento em tecnologia, como inteligência artificial, para melhorar o monitoramento de operações financeiras. “A inteligência artificial permite aumentar muito a capacidade de supervisão. Estamos falando de trilhões de reais em operações por dia no sistema financeiro. Identificar fraudes nesse volume apenas com análise manual é praticamente impossível”, defende.

Segundo a Agência Senado, a redução no quadro de servidores nos últimos

anos também foi citada, inclusive Galípolo comparou o Brasil a outros países. O Banco Central brasileiro conta com cerca de três mil funcionários, número inferior ao de instituições similares no exterior. Ele deu exemplo do investimento em tecnologia que tem sido intensificado em países como Estados Unidos e Alemanha.

“Se a gente olha para o resto do mundo, há dois movimentos principais. O primeiro é o investimento em pessoas na área de supervisão. No Brasil, muitas vezes um servidor acompanha até 30 instituições e o país tem muitas instituições financeiras, justamente por ter sido inovador nesse setor. Na Europa, por exemplo, esse número é bem diferente: há muito mais pessoas envolvidas na supervisão.”

Assine o jornal



Monitor Mercantil
(21) 3849-6444